

# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

### DIRETORIA LEGISLATIVA

#### Sessão Ordinária do dia 23 de novembro de 2022 - Ata n.º 111.

Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.<sup>s</sup> Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.<sup>º</sup> Secretário) e **Gilson de Souza** (2.<sup>º</sup> Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **111.<sup>a</sup> Sessão Ordinária da 4.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 19.<sup>a</sup> Legislatura.**

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. (Manifestações nas galerias.) Olha, quero fazer um acordo. Vocês são muito bem-vindos e respeitados, agora, se houver interferência, vamos tomar as providências necessárias. Peço a compreensão. Olha, já estou observando quem está excedendo. (Manifestações nas galerias.) Já estou observando quem está excedendo! Aguardem, que tomaremos providências. Peço respeito a esta Casa. Solicito ao Sr. 2.<sup>º</sup> Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

**SR. 2.<sup>º</sup> SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL):** Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 110, de 22 de novembro de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos

Sr.<sup>s</sup> Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.<sup>º</sup> Secretário se há expediente a ser lido.

**SR. 1.<sup>º</sup> SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e todos que nos visitam.

**EXPEDIENTE:** (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

**Mensagens:** (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.)

Mensagem n.<sup>º</sup> 114/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.<sup>º</sup> 507/2022**), que institui, no âmbito do Estado do Paraná, a possibilidade de firmar concessão onerosa de uso de bens imóveis denominados Hospital Regional de Telêmaco Borba, Hospital Regional de Ivaiporã e Hospital Regional do Centro-Oeste Deputado Bernardo Guimarães Ribas Carli, para a finalidade de prestação de serviços de saúde, e dá outras providências; Mensagem n.<sup>º</sup> 115/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar (**autuado sob o n.<sup>º</sup> 8/2022**), que reestrutura a Fundação Araucária e dá outras providências; Mensagem n.<sup>º</sup> 116/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.<sup>º</sup> 508/2022**), que autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo Viaje Paraná.

**Ofícios:** (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.<sup>º</sup> 542/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 689/2021, sendo convertido na Lei n.<sup>º</sup> 21.265; **Ofício n.<sup>º</sup> 550/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 395/2022, sendo convertido na Lei n.<sup>º</sup> 21.271; **Ofício n.<sup>º</sup> 547/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 287/2022, sendo convertido na Lei n.<sup>º</sup> 21.266; **Ofício n.<sup>º</sup> 543/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção

ao Projeto de Lei n.º 338/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.267; **Ofício n.º 548/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 217/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.270; **Ofício n.º 545/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 391/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.269; **Ofício n.º 546/2022** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 648/2020, sendo convertido na Lei n.º 21.268; **Ofício Circular n.º 3/2022** da Governadoria do Estado, comunicando a finalização das agendas do Comitê Público Privado Environment, Social and Governance – ESG do Estado do Paraná para o ano corrente, as quais retornarão a partir de janeiro de 2023, e informa que os trabalhos técnicos dos subcomitês se encontram ativos ininterruptamente. Era isso, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Goura.

**PEQUENO EXPEDIENTE:** Usou da palavra o Sr. Deputado Goura.

**DEPUTADO GOURA (PDT):** Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Secretário, nossa Mesa, Deputados e Deputadas, servidores do Estado do Paraná. Começo a minha fala especialmente fazendo essa saudação aos servidores do Paraná, aos servidores da Copel, aos servidores da Biblioteca Pública do Paraná, a todos aqueles e aquelas que dedicam suas vidas à excelência do serviço público. (Manifestações nas galerias.) Estamos assistindo, disse ontem aqui, Deputada Mabel, Deputados, a um atentado contra a democracia, um desrespeito profundo por parte do Palácio Iguaçu contra não apenas os servidores, mas contra o Estado do Paraná, contra a população do Paraná. Estamos vendo, aqui, senhoras e senhores, hoje na CCJ foi aprovada a extinção da *Rádio TV Educativa* do Estado do Paraná. Não estamos falando nada sobre isso. O Governador Ratinho Junior, nesses quatro anos, distorceu a função da TV pública, à qual ele tinha nas mãos e o poder de fazer muita coisa. Com isso mistura tributação da indústria de bebidas; mistura tributação da agricultura; mistura, Deputado Gilberto, uma série de matérias extremamente sérias, graves, que exigiriam de nós tempo, cautela,

sobriedade e respeito com o povo do Paraná, para que a melhor decisão fosse tomada com participação popular. Quero dar um exemplo para vocês. No decorrer deste último ano, senhoras e senhores, o nosso mandato se debruçou sobre um tema ligado à economia do nosso litoral, ao tema da pesca artesanal, dos pescadores e pescadoras do nosso litoral. O que fizemos? Fizemos audiências públicas, fizemos uma audiência *on-line* ainda no começo do ano e fizemos uma audiência presencial da Assembleia Legislativa, lá no Museu de Arqueologia da UFPR, em Paranaguá, para que os pescadores e as pescadoras pudessem participar. Feito isso, com um amplo debate com os pesquisadores, com as pescadoras e pescadores, fizemos um Projeto de Lei, que ainda não protocolamos nesta Casa, porque abrimos uma consulta pública para que toda a população interessada possa se manifestar e apontar: *Isso é um bom artigo. Isso não está bom. Isso merece um acréscimo. Isso merece uma modificação.* O nosso prazo, que nos demos, é o final do ano, agora em dezembro. Vamos protocolar esse Projeto com as contribuições do povo do Paraná. É isso que o Governador Ratinho Junior deveria aprender, que democracia não se impõe de cima para baixo; que democracia é uma construção participativa; que a democracia exige escuta; que a democracia exige respeito. Hoje, vamos votar em primeira discussão, na constitucionalidade, o Projeto que prevê, sim, não adianta eufemismos, não adianta palavras que enganam a verdade, que está vendendo a Copel. Esse Projeto merece o nosso repúdio, merece o nosso rotundo “*não*”, porque o Governador Ratinho Junior, mais uma vez, o Ratinho Junior, mostra como disse ontem o desrespeito com o povo do Paraná. (Manifestações nas galerias.) A Copel é nossa, Deputados. A Copel é do povo do Paraná. A Copel deve servir aos interesses do povo do Paraná. A Copel deve servir para o desenvolvimento do nosso Estado, com visão estratégica de futuro. O Governador Ratinho Junior não esquece e não desrespeita apenas a história pretérita da Copel, mas a história futura da Copel. O nosso voto será contrário, Sr. Presidente. Também quero fazer uma palavra, aqui, em solidariedade e apoio aos servidores da Biblioteca Pública do Estado do Paraná, que também estão sendo objeto dessa

ação arbitrária. (Manifestações nas galerias.) Se há problemas na gestão, vamos discutir, vamos debater... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado, um minuto para concluir.

**DEPUTADO GOURA (PDT):** Obrigado, Sr. Presidente. Vamos fazer essa discussão. Vamos fazer uma audiência pública lá na biblioteca para ouvir os servidores, para ouvir os frequentadores da biblioteca. Queremos o fortalecimento das instituições públicas, dentre elas as empresas como a Copel, como a Sanepar, como a Compagas. No início da gestão falava-se que a Copel Telecom não seria vendida. Isso foi falado publicamente. Foi vendida. A Copel será privatizada e Ratinho Junior entrará na história como aquele que entregou o patrimônio do Estado do Paraná. Se depender da Bancada de Oposição do PDT, pelos meios políticos, pelos meios legislativos e pelos meios judiciais, isso não acontecerá. Obrigado, Sr. Presidente. (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próximo orador, Deputado Professor Lemos, no Grande Expediente.

**GRANDE EXPEDIENTE:** Usou da palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, população que acompanha nossa Sessão, quero cumprimentar todos e todas. Um cumprimento especial aos servidores e servidoras que estão conosco hoje, os copelianos e copelianas que também estão conosco novamente. Quero cumprimentar aqui os servidores e servidoras da Biblioteca Pública do Paraná. (Manifestações nas galerias.) O Projeto de Lei 497/2002 propõe uma reestruturação nos cargos da administração do Poder Executivo, criando várias novas Secretarias de Estado; criando, inclusive, mais de 450 cargos em comissão, cargos novos que não existem, atualmente, aumentando o custo Paraná, aumentando a folha de pagamento, onerando os cofres do Paraná. Aqui dentro desse Projeto também tem a extinção de alguns órgãos especiais. Entre os órgãos

especiais está aqui o art. 57, que extingue o órgão especial da Biblioteca Pública do Paraná, o que é muito grave, porque a Biblioteca Pública do Paraná precisa de autonomia, precisa de dotação orçamentária própria, para o seu funcionamento. É patrimônio tombado do nosso Estado, é patrimônio histórico e é importantíssima para o Paraná. Um povo que quer tomar em suas mãos o seu destino tem que antes tomar em suas mãos a sua cultura. A Biblioteca Pública contribui para tomar em nossas mãos a nossa cultura. Então, portanto, nós da Oposição, já protocolamos uma emenda de retirada do art. 57 deste Projeto de Lei. Não concordamos com a extinção da Biblioteca Pública como órgão especial. Ela precisa continuar funcionando para o bem do nosso Estado. Então, portanto, a Oposição está solicitando ao Governo que apoie a emenda que apresentamos. A Oposição assinou a emenda, está protocolada, o Governo precisa apoiar. Quero aqui também cumprimentar os Deputados Traiano, Luiz Claudio Romanelli e Turini, que juntos apresentamos uma emenda retirando o art. 58 desta lei, deste Projeto, para proteger o Colégio Estadual do Paraná. Esta o Governo já concordou. Então, quero aqui cumprimentar os Deputados que atuaram com os estudantes, com os funcionários do Colégio Estadual, com a Direção do Colégio, com professores, com a comunidade, com ex-alunos do Estadual. Então, esse art. 58 o Governo já concordou de retirar. Aí quero cumprimentar o Deputado Marcel Micheletto, que é o Líder do Governo, que respondeu “sim” a este clamor da comunidade escolar do Colégio Estadual do Paraná. E quero aproveitar para pedir também a sua contribuição, Deputado Marcel Micheletto, para salvar a Biblioteca Pública do Estado do Paraná. Também recebemos no dia de ontem, da Fetaep, que é a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Paraná, vem assinado aqui pelo Presidente, o Marcos Junior Brambilla, pelo Secretário-Geral, Alexandre Leal dos Santos, esse documento solicitando a nós, Deputados, que sejamos contrários ao Projeto do Governo que quer cobrar impostos dos agricultores e das agricultoras do nosso Estado. É do milho, é da soja, da mandioca, enfim, de todos os produtos da nossa agricultura familiar, e envolve, claro, toda a agricultura, mas alcança aqui a agricultura familiar, o pequeno, o médio produtor. Já anunciamos ontem mesmo que nós, da Oposição, somos contra, vamos votar contra esse

Projeto porque isso prejudica o nosso povo. Não concordamos. Então, quero aqui tranquilizar agricultores e agricultoras do Paraná que nós, da Oposição, estamos trabalhando para que esse Projeto seja reprovado aqui na Assembleia, que não avance, porque ele não é de interesse público. Isso vai prejudicar os nossos agricultores, mas vai prejudicar também o consumidor, que é usuário dos produtos que são produzidos no Estado do Paraná. Também recebemos a preocupação da população de um modo geral com relação ao aumento da alíquota do ICMS, por exemplo, no refrigerante chegando a 27%, mas tem aumento na alíquota para vários produtos. A nossa posição também é contrária, não concordamos, não é o momento. Por isso que falamos que não é para aumentar o número de Secretarias e o número de cargos comissionados, porque daí o Governo vem com outro Projeto para cobrar mais impostos do nosso povo. Então, somos contra, somos contra esse aumento de Secretarias, aumento de cargos comissionados e somos contra cobrar mais impostos do povo do Paraná. E aí a nossa posição, vamos reafirmar aqui, Projeto de Lei 493/2022, Projeto este que nunca achei que o Governador Ratinho Junior iria mandar para a Assembleia, porque até há poucos dias, antes das eleições, ele jurava para todo mundo que não venderia a Copel. E agora, depois de eleito, depois de eleito, ele mudou de ideia e surpreendeu todo mundo mandando um comunicado para o mercado dizendo que estava vendendo a Copel. E aí algumas pessoas, tentando justificar, estão afirmando: *Mas ele não está vendendo a Copel.* Claro que está, claro que está. Vejam, o Governo do Estado é acionista majoritário, detém 69,7% das ações ordinárias, que são as ações que votam, então praticamente 70% da decisão dos destinos da Copel é tomada pelo Governo do Paraná. Ele está reduzindo para 10%, entregando 90% para o mercado. Será 9 a 1, será pior do que 7 a 1. O povo do Paraná, o povo do Paraná não pode, em todas as reuniões da Copel, levar um 9 a 1, porque 90% serão do mercado. O mercado não está preocupado em mandar energia elétrica para o pequeno agricultor com preço menor do que a urbana. Vai prejudicar a nossa agricultura, especialmente o pequeno produtor. O mercado não está interessado em reduzir o custo da energia elétrica no período noturno, quando a

energia elétrica sobra e dissipa nos fios, para o agricultor que quer irrigar, para aquele que tem aviário, para o agricultor que tem o chiqueirão, que cria porcos, para aquele fumicultor que tem a estufa. O mercado não está preocupado com ele, e não fará nenhuma concessão. Para as famílias de baixa renda também, que hoje temos programas importantes de redução da tarifa, e para algumas famílias é tarifa zero, tarifa social, que foi criada no Governo Requião, entregando para o mercado, o mercado não tem dó e nem piedade. Então, esta história de que o Governo precisa vender porque vai vencer a concessão da Usina Foz do Areia, ali na região de Guarapuava, não é verdade. Vai vencer, sim, mas a Copel pode entrar na disputa, pode inclusive se consorciar e ficar com pelo menos metade daquela usina se quiser. Então, esse argumento não deve ser usado mais aqui nesta Assembleia, porque aqui não tem ninguém desinformado. Se alguém usar esse argumento mais uma vez aqui, está sendo desonesto com a nossa população e com a verdade. Não é verdade que se a Copel não arrematar a Usina Foz do Areia, o Governo perde o controle da Copel, não é verdade, e ele pode participar do leilão, a Copel pode participar, pode até ganhar com 100%, mas ela pode se associar também com outras empresas em consórcio e participar do leilão e ficar com parte significativa daquela usina. Então, esse argumento não serve, a Copel está dando lucro. No ano passado, 2021, teve um lucro líquido de mais de R\$ 5 bilhões. Um aumento de 29% sobre o ano anterior. Por que vender essa companhia? Por que entregar para bancos? Inclusive bancos estrangeiros, que estão querendo comprar? Tem chineses querendo comprar. Tem americanos querendo comprar. Gente que nem conhece o Paraná e não sabe como vivemos aqui. Essa empresa, criada em 1954 pelo Governador Bento Munhoz da Rocha, foi criada para desenvolver o Paraná e ela contribui muito com o desenvolvimento do Paraná. É uma empresa que nos dá orgulho. Já tentaram vender essa Copel. Já tentaram. Mas a população do Paraná não concordou. E se fizer pesquisa, pode fazer pesquisa, a maioria da população, praticamente 100%, vai dizer: *não venda a Copel.* (Manifestação nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado, seu tempo está encerrando, Deputado.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Não, meu tempo não está encerrado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Não posso permitir que a plateia domine o seu discurso.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Mas é o senhor quem está conduzindo, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Seu tempo está encerrando.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Não, o senhor que está conduzindo. O senhor não pode cortar o meu tempo. O senhor que está conduzindo a Assembleia.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vossa Excelência tem 1 minuto e 30 segundos.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Claro, Sr. Presidente, preciso concluir. Então, quero concluir dizendo que não é porque o Governador Ratinho Junior teve 69% dos votos que ele está credenciado em vender um patrimônio do Paraná, a Copel. A Copel é nossa.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

**HORÁRIO DAS LIDERANÇAS:** Usaram da palavra os Sr.<sup>s</sup> Deputados: Tadeu Veneri (PT); Mabel Canto (PSDB); e Arilson Chiorato (Oposição).

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, pessoal que está aqui... (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Por favor, peço atenção para que o Deputado Tadeu possa se pronunciar.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** ... nossos visitantes. Serei bastante breve, Sr. Presidente, porque vamos fazer o encaminhamento depois, na votação. Mas serei bastante breve porque esse não é um dia que gostaríamos que estivesse acontecendo na Assembleia Legislativa. Não por causa do Projeto de Lei. O Projeto de Lei vem ao seu tempo e votamos favorável ou contrário conforme a maioria dos Deputados decidirem. Mas um Projeto de Lei dessa envergadura, com o impacto que sofre a sociedade como um todo, ser votado em três dias, ou dois dias, ou quatro dias, é absolutamente fora daquilo que temos visto na realidade do Brasil inteiro. E, como falei antes, não quero me alongar, só quero ler aqui, que para mim exprime muito o que os setores da sociedade estão sentindo, não só os copeleanos, aliás, Sr. Presidente, Sr.<sup>o</sup> Deputados, Deputado Marcel, faça-se aqui uma correção. Foi dito que houve uma pesquisa entre 3.200 funcionários da Copel e a maioria entendeu que o que estava acontecendo era por necessidade. Isso é mentira. O Presidente da Copel mentiu quando afirmou que havia sido feita a pesquisa, porque aqui ninguém foi pesquisado. E ninguém está na Copel dizendo que há necessidade de fazer esse processo, até porque sabemos que o BNDESPAR é um, falávamos isso para alguns Deputados aqui, Deputado Nelson Justus, o BNDESPAR é um dos prejudicados. O BNDESPAR tem 12,5% das ações da Copel. Passado esse Projeto do Ratinho, ele terá que se desfazer de 2,5% das suas ações, mesmo que não queira. Ora, qual é a lógica de você ter que abrir mão de 2,5% de um patrimônio que você tem contra a sua vontade, sem que tenha sido consultado anteriormente? Algumas outras situações, que vamos debater ao longo deste dia de hoje, chama nossa atenção. Primeiro, isso, obviamente, tem que ser esclarecido, porque há uma pergunta que se faz hoje, qual o interesse do Itaú, do Banco Itaú que fez a avaliação nesse caso da Copel? Qual o interesse que tem o Banco do Itaú na relação com o Governador Ratinho Junior em fazer, que foi a Copel que fez, foi o Governo que fez, se foi o Governo que fez, por que escolheu o Itaú, Banco de Investimento BBA para fazer avaliação e toda a formatação do Projeto? O Itaú sabemos que comprou o Banestado. E o

Banestado sabemos que tem ações caucionadas, título *podre* do Itaú ou com o Itaú. Qual o interesse do Itaú nisso? Precisa ser esclarecido pelo Tribunal de Contas. Essa história não vai terminar aqui. E não vai terminar, não é porque somos contra. Há Deputados contrários? Há. Há Deputados favoráveis? Há. Agora a sociedade não entende qual é a lógica, Deputado Estacho e Sr.<sup>s</sup> Deputados, aqueles que vão votar aqui, principalmente àqueles que vão votar favorável, qual é a lógica, que pergunto? Deputado Marcio Nunes, o senhor que é empresário. O senhor tem um negócio que lhe rende um bilhão por ano, porque o senhor tem 70% desse negócio. Isso lhe dá um bilhão por ano de dividendos, de lucros. Pois bem, o senhor vende 60% desse negócio por R\$ 3 bilhões, ou seja, aquilo que o senhor ganharia em três anos. E passa, na sequência, a receber 100 milhões por ano, porque vendeu 60%, ou vendeu, do 70% que tinha, vendeu 60%. Qual é a lógica? Não entendo a lógica. O Governo não está precisando de dinheiro. Tanto não está precisando de dinheiro que teve um superávit no ano passado de R\$ 8 bilhões, que foi investido em rodovias. Está sendo investido em rodovias, inclusive na sua região em Campo Mourão, aqui na Região Metropolitana. Não está faltando dinheiro. A Copel não é uma empresa deficitária. A Copel tem investimentos em todas as áreas, inclusive eólicas no Nordeste. Gastou bilhões nesses investimentos. Gastou bilhões de reais para fazer usinas no Mato Grosso. A última usina que ela participou, que foi a Usina do Baixo Iguaçu, gastou também cerca de R\$ 600, R\$ 700 milhões. Qual é a lógica, depois de todo esse investimento, alguns deles estão sendo já, praticamente, pagos, você vender a companhia? É o precatório que está pendurado? São as ações caucionadas? É o Itaú que tem interesse nisso? Não sei. Aqui, certamente, não sabemos, porque nem sequer o estudo feito o Ratinho disponibilizou. O Ratinho sabe disso? Pergunto isso porque o que Ratinho está fazendo hoje é algo que não foi feito nos oito anos do Richa, e olha que fizemos oposição ao Governador Richa. E não é só a Copel. É a Copel, na sequência a Sanepar, na sequência a Compagas, na sequência o EGA. São todas empresas paranaenses construídas ao longo de mais de 50, 60 anos e que, se for aprovado, os senhores vão vender. Qual é a lógica? Aí quero ler aqui, Sr. Presidente, uma carta que o senhor e todos

aqui receberam, de uma pessoa que não tem nenhuma relação com a esquerda do Paraná, com a esquerda do Brasil, ao contrário, é uma pessoa que tem uma política enquanto esteve à frente da sua instituição conservadora. Aliás, como diz o Deputado Homero, é direita conservadora, direita liberal. Esse cidadão escreve o seguinte – recebi ontem à noite: “Senhores Deputados, boa noite. Quero me manifestar sobre o pacote de maldades, que tramita na Alep, sobre aumento de impostos e taxas, taxação do agronegócio e venda da Copel, por orientação do Governo do Estado. É lamentável que depois de uma campanha eleitoral bem-sucedida para Governador e boa parte de sua Base de Apoio foi eleita, ou reeleita, “cometam esta traição”, como disse o Presidente da Faep, Ágide Meneguette. Os senhores são portadores desta maldade sobre os paranaenses: geradores de riquezas e sua população trabalhadora. Parte dessa maldade foi retirada de pauta, e outra parte deve ser apreciada e votada na CCJ amanhã, em primeira votação. Diante disso e na qualidade de ex-presidente da mais importante entidade do setor produtivo, a Fiep, que tive a honra de presidir de 2011 a 2019, quero lhes dizer que: até os seus netos serão lembrados de tamanha insensatez e irresponsabilidade. Os senhores foram eleitos para representar o povo e estão decidindo sem pelo menos trazer à sociedade e seus representantes o diálogo e discussão desses temas, em especial a venda da Copel e da Sanepar, na sequência. Que houvesse pelo menos o bom senso para justificar tudo isso, se é que pode ser justificado. Por fim, quero dizer que até suas terceiras e quartas gerações vão lembrar do ato irresponsável que estão cometendo. Como paranaense e gerador de empregos e renda, não poderia me calar diante de tudo isso. Uma boa noite de lamento e tristeza! A paz do senhor esteja entre nós. Em tempo: Edson Campagnolo, Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria.” Não é nenhum esquerdista falando. É uma pessoa que tem conhecimento, esteve aqui, fez movimento contra, inclusive, durante o Governo Requião, nem sempre esteve alinhado com o Requião, não esteve alinhado com o Presidente Lula, não esteve alinhado com a Presidente Dilma. Esteve alinhado com o Governador Richa, estava alinhado sempre do primeiro mandato do Ratinho Junior. Mas não pode calar com essa traição! Com essa facada nas

costas! Com essa irresponsabilidade, como ele mesmo diz, com o povo paranaense e os senhores vão concordar com isso? Os senhores vão dizer “sim” a isso? Os Senhores vão obedecer à ordem do Palácio porque o Palácio quer que venda, sem comentar? Porque o Palácio diz que tem que ser vendido sem explicar para ninguém por que que tem que ser vendido? Os senhores, como nós todos, fomos eleitos pela população do Paraná. Consultem a população nem que seja por telefone, perguntando para ele por que que a Copel tem que ser vendida, e ouça a resposta? E depois de ouvir a resposta, veja se é possível votar a favor dessa insanidade que está sendo cometida aqui! Nós, Sr.<sup>s</sup> Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, sabemos, sabemos que muitas vezes e tenho uma relação aqui, senhores manifestantes e Sr.<sup>s</sup> Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, tenho uma relação aqui... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado, um minuto para concluir.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Tenho uma relação de respeito com todos os Deputados, com todos os Vereadores, com todos aqueles que representam a população. De um jeito ou de outro todos que estão aqui tiveram votos. Agora, não se pode ter o voto e não ter a corresponsabilidade desse voto. Esse voto não é meu, esse voto é de quem confiou em mim e quem confiou nos senhores não confiou nos senhores para vender a Copel, porque isso não foi dito na campanha! Isso não foi dito em nenhum momento. Ninguém, ninguém, absolutamente ninguém fez campanha eleitoral para se eleger dizendo: quero ser um Deputado para sentar naquela cadeira e vender a principal companhia do paranaense. Não foi dito isso! Isso é traição com o povo paranaense, isso é traição com seus eleitores, é traição com a sua família; é traição com aqueles que acreditaram que, de fato, poderíamos representar. Por isso, “não” à venda da Copel! (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próxima oradora, Deputada Mabel Canto. *Pela ordem*, Deputado Requião Filho.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT):** Presidente, tenho uma questão de ordem aqui em relação ao regime de urgência. Tenho uma questão de ordem aqui em relação ao regime de urgência do PL 498 de 2022, porque este Projeto chegou à Casa em regime de urgência, a pedido do Governador. E sobre o regime de urgência, o §1º, do art. 218, do nosso Regimento, coloca que as Comissões deverão proferir seus pareceres no prazo de 48 horas. Ele saiu da pauta da CCJ, ontem, não entrou hoje e o nosso Regimento, no mesmo artigo, nos §3º e 4º, estabelece que findo o prazo previsto no §1º, a proposição será incluída na Ordem do Dia para imediata discussão e votação: com ou sem o parecer. E não havendo parecer, o Presidente da Comissão designará relator, em Plenário. Ou o Governador retira, pede a restituição desse Projeto de Lei, ou ele tem que ser colocado em pauta e ser votado com o meu voto e o voto dos meus colegas da Oposição, em contrário, porque não queremos taxar a produção do agricultor paranaense. Então, ou cumprimos o Regimento da Casa e esse Projeto entra em pauta e a Bancada do Governo vota com o Governo ou contra o Governo – porque a Bancada de Oposição vai votar contra esse absurdo em cima do pequeno produtor – ou pedimos que o Governador retire o Projeto. O nosso Regimento é muito claro em relação ao regime de urgência e isso já foi usado diversas vezes aqui, na Casa, inclusive, para colocar em pauta na Sessão Projetos que não passaram nas Comissões. (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Requião, V.Ex.<sup>a</sup> até arguindo o art. 218, 17, 18, §3º, procede sua questão de ordem. Ocorre que o Projeto está na CCJ, não tramitou. Ainda teria que passar por outras Comissões e, portanto, portanto, na sequência, imagino que, por orientação até do próprio Líder do Governo, que acaba de me informar, o Projeto será retirado. Mas há uma ordem a ser, enfim, cumprida regimentalmente.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT):** Mas diz o nosso Regimento que...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** A CCJ não apreciou ainda.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT):** Mas os pareceres serão dados e apreciados em Plenário, de forma oral.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Assim que for colocado em pauta. Ainda não pautamos o Projeto.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT):** Mas temos 48 horas para colocar, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** A CCJ não se manifestou neste Projeto.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT):** A CCJ tem 48 horas, sem manifestação da CCJ – “sim” ou “não” –, ele vem a Plenário. O Plenário da CCJ, o parecer da CCJ tem que ser...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Tem 48 horas para sair da CCJ, Deputado Requião. Não procede a questão de ordem. Com a palavra, Deputada Mabel. (Manifestações nas galerias.) Vamos ouvir a Deputada Mabel.

**DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB):** Senhor Presidente, boa tarde. Deputados, Deputadas e todos que estão na galeria defendendo a nossa Copel. Venho aqui, hoje, venho aqui hoje reafirmar o nosso compromisso de votar contra a privatização da Copel e, dentre muitos motivos, é este: (A Deputada apresenta um vídeo em seu celular.) (Manifestações nas galerias.) É por causa... (Manifestações nas galerias.) Presidente...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputada Mabel.

**DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB):** Presidente, a principal razão que temos é justamente esta: era um compromisso do Governador de que não venderia a Copel. Está aqui. É uma fala dele. É um vídeo dele em campanha dizendo que não venderia. Então, quer dizer que a palavra do Governador não vale nada agora? (Manifestações nas galerias). Além disso – não vou me estender até por

que já falei duas vezes esta semana sobre a Copel – além disso, não tivemos o tempo hábil de fato para fazer a discussão. E dentre todos esses motivos que o Deputado Goura já falou, o Deputado Tadeu, o Deputado Professor Lemos, que outros Deputados, a Deputada Luciana, o Deputado Arilson já se posicionaram, já falamos aqui, mas o principal deles é a fala do Governador: “Não irei privatizar a Copel.” (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Com a palavra, Deputado Arilson. O Líder do Governo declina. (Manifestação nas galerias.)

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Senhor Presidente Traiano, Deputadas, Deputados, público que acompanha esta Sessão de forma presencial, de forma virtual. Hoje, votaremos aqui o Projeto mais vergonhoso da história da Assembleia do Paraná, o Projeto que vai entregar o maior patrimônio do povo paranaense, a Copel, o orgulho do povo paranaense. A Copel que, daqui a pouco, está prestes a deixar de ser nossa. Vai entregar o patrimônio do capital especulativo, vai fazer fileiras ao mercado da Bovespa. E a pergunta que não quer calar é: por que está vendendo a Copel? Uma empresa de 23 bilhões avaliada no mercado, com lucro anual de 5,1 bilhões e a 86.<sup>a</sup> energia mais barata do País. É um contrassenso. Enquanto a Alemanha, os Estados Unidos, a França, eles reestatizam energia, água, saneamento, o Paraná do conto de fadas, o Paraná da realidade virtual do Palácio do Iguaçu, vende a Copel e engana o povo. Não debateu na eleição, não participou do programa eleitoral, não está na LDO, não está no PPA, não está no Plano de Governo, mas estava na cabeça. E aqui quero lembrar uma história. No ano de 1995, o Estado do Paraná, por fontes que temos, contraiu alguns negócios com Estados do Nordeste no valor de 500 milhões. E aqui fica a pergunta: o que o maior banco do País tem a esconder ou o que o Estado do Paraná pode estar escondendo do seu povo? O que motiva a Copel a não prestar tantas informações? Está sendo votado aqui, hoje, sem ter o relatório do estudo encomendado pela nota publicada, há 20 dias, da Copel, que estaria promovendo um estudo para soltar ações na Bolsa. Segundo fontes, esse estudo nem pela Copel foi feito. Pode até ter sido feito por um ente do mercado financeiro, por até

um banco. O que está em negociação no STF, no recurso extraordinário com agravo n.º 1.291514? O que está sendo escondido do povo? Talvez esteja sendo escondida uma dívida que se aproxima de R\$ 5 bilhões, que pode envolver precatórios que podem ser transformados em ações. E a maneira para entregar para o Itaú isso pode ser diminuir a participação do Estado no capital de ações da Copel, e passar a Copel para o Itaú. Uma jogada que tem data marcada. Segundo um documento aqui em minhas mãos, datado de junho deste ano, no STF, tem uma agenda para o dia 6 de fevereiro de 2023, entre o Itaú e o Governo do Paraná. Mas o Governo do Paraná não conversou com ninguém. Não contou para o povo, não contou para a Assembleia, e estamos aqui, hoje, em vias de passar a maior vergonha da história. Como colocava para vocês, temos várias coisas sendo votadas hoje, um pacote de maldades, que vai desde aumento de Secretaria para mais nove, mais de 400 cargos de confiança, aumento de ICMS do setor de bebidas não alcóolicas, aumento de ICMS de 17 para 18 em quase todos os produtos. Temos aqui também a questão dos agentes penitenciários. Temos questões que envolvem educação. Tudo no molde amargo da privatização. A Oposição aqui representada por vários Deputados, e hoje na minha figura, vai votar contra, vai trabalhar contra, vai entrar com ação na Justiça, vai ao Ministério Público, vai ao Tribunal de Contas, vai ao Ministério Público Federal, e vai defender o povo paranaense. Aqui tem outro fato muito importante. No dia 22 de novembro agora, temos uma nota do Ministério das Minas e Energia que acerta, com a Comissão de Transição do Governo eleito, do Presidente Lula, a suspensão de medidas estratégicas do Ministério no que se refere à energia elétrica. E por que o Paraná não segue essa risca? Porque tem interesses que não estão claros nessa jogada. Temos aqui uma união do povo paranaense. Estão vocês aqui, trabalhadores, sindicalistas, servidores, educação, contra a venda da Copel. Temos aqui um documento assinado pelo G7 contra a venda da Copel, contra o aumento do ICMS das bebidas, contra o aumento do ICMS em geral, e contra a contribuição do setor da agricultura em um aumento de incremento. Ou seja, o Ratinho Junior uniu todo Paraná na defesa do patrimônio público. Estamos todos nós aqui juntos contra a ideia maluca, perversa e mentirosa do Governo do Estado

de que é necessário vender a Copel. É hipócrita! É uma versão absurda! Como que um Estado que julga ser necessário vender uma empresa para recompor as finanças, ao mesmo tempo vai aumentar a gasta com cargo de confiança? Como que um Estado que fala que vai aumentar a alíquota para engrossar a arrecadação tributária, dá alguns benefícios? Aqui no Paraná deram R\$ 17 bilhões de benefício para alguns setores escondidos e agora querem vender um patrimônio por três, que dá dois por ano para o Estado de volta? Isso tem nome: é avacalhação! É passar o povo para trás! Não podemos admitir que tenhamos nesse processo as mãos da Assembleia. A Assembleia é a representante legítima do povo. Eles estão aqui porque não têm mais a quem recorrer, mas sim a nós Deputados e Deputadas, que temos o compromisso de libertar o povo do Paraná das patas do Ratinho. Chegou a hora de cada Deputado, de cada Deputada fazer o seu compromisso com os votos recebidos. Chegou a hora de esta Casa libertar a maldade que vem do Palácio do Iguaçu, a ganância que vem do mercado financeiro. Hoje é a oportunidade de mostrarmos que somos a Casa de Leis do povo, que representamos a vontade do povo e não defendemos banqueiro não. Defendemos o cidadão paranaense e é este o momento de cada Deputado, cada Deputada fazer a sua parte. Aqui não tem partido. A Copel é do povo, de todos os partidos e de todos os movimentos. É a hora de fazermos justiça. Não queremos vender a Copel. Não queremos vender a Copel. Queremos que a Copel cresça e compre as concorrentes e que tenhamos a energia mais barata que o Brasil possa ter. Queremos... (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Arilson... Por favor! O Deputado Arilson está com dificuldades até de falar já, não é! Então, vamos ouvi-lo, por favor.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Sim. Dentro deste processo, Presidente, temos que olhar com cuidado. A Copel, o aumento de impostos por meio do ICMS, a terceirização de serviços, a biblioteca são causas do povo paranaense, que não envolvem bandeira ideológica, que não envolvem partido político, envolvem, sim, um sentimento, um sentimento de traição ao povo do Paraná ao se construir tudo

isto. Presidente, vamos fazer com que o povo do Paraná saia vencedor na disputa com o Ratinho. É o povo contra o Ratinho e temos o compromisso com o povo paranaense. Contem com a Oposição. Voto “não”. (Manifestações nas galerias.)

**DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT):** *Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.*

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputada Luciana, *pela ordem.*

**DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT):** Senhor Presidente, nesta tarde vamos votar muitos Projetos que são importantes e que têm impacto direto na vida do povo paranaense. Sabemos que lá fora tem bastantes pessoas querendo entrar para acompanhar a Sessão. (Manifestações nas galerias.) Gostaria de pedir, gostaria de pedir, Sr. Presidente, que o povo que está lá fora possa entrar, possa ser liberado, possa entrar nesta Casa para que possa assistir à Sessão e acompanhar os Projetos que vamos votar, porque são Projetos importantes e que o povo tem o direito de acompanhar, de assistir e de ver como vota também cada Deputado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputada Luciana, com o devido respeito a V.Ex.<sup>a</sup>, a quem prezo pelo nome, pelo mandato, mas esta Presidência, em função de um histórico já existente nesta Casa, não permitirá o ingresso no primeiro balcão. (Manifestações nas galerias.) Passamos à Ordem do Dia.

### **ORDEM DO DIA.**

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior

(PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Natan Sperafico (PP), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (53 Parlamentares); **Deputado ausente com justificativa:** Nereu Moura (MDB), conforme § 3.º Inciso art. 97 do Regimento Interno (1 Parlamentar).]

### **Projetos que necessitam de Apoioamento.**

**Projetos de Resolução:** (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 33/2022**, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas anual relativa ao exercício financeiro de 2020, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 34/2022**, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas anual relativa ao exercício financeiro de 2020, do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 35/2022**, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas anual relativa ao exercício financeiro de 2021, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 36/2022**, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas anual relativa ao exercício financeiro de 2021, do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Apoiados.

**Passamos aos Itens da pauta.**

Senhores Deputados, por favor! Senhores Deputados, há um requerimento sobre a mesa... Deputado Marcel e Sr.<sup>s</sup> Deputados. Senhores Deputados, atenção Sr.<sup>s</sup> Deputados! Senhor Líder do Governo, por favor!

**Requerimento n.<sup>º</sup> 3559/2022** sobre a mesa, do Deputado Marcel Micheletto, requerendo a preferência para discussão e votação do Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 493/2022, item 4 da Ordem do Dia. Vou submeter ao voto o requerimento de inversão. (Manifestações nas galerias.)

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Presidente, peço aos Deputados da Base para votarem “sim” na inversão da pauta. (Manifestações nas galerias.)

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Presidente...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Arilson, por favor.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição entende que tem que seguir o Regimento que está, na ordem que está, até porque foi construído isso nas Comissões anteriores. Por isso, vamos votar “não” à inversão de pauta. Que se cumpra o desenho e o rito das outras Comissões que foram feitas. Voto “não”.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede aos Deputados da Base para votarem “sim” na inversão da pauta. (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** O requerimento está devidamente apoiado. Vamos submeter ao voto. Votando.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Peço novamente aos Deputados da Base o voto “sim”.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “não”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Votação encerrada, Sr.<sup>s</sup> Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (39 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Evandro Araújo, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (9 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Pacheco, Nereu Moura e Plauto Miró (6 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e 9 votos contrários, está aprovado o Requerimento de inversão da pauta. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Vamos submeter ao voto neste momento o **Requerimento n.º 3558/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando a retirada do Projeto de Lei n.º 493/2022 pelo prazo de uma sessão. Como encaminham os Líderes o requerimento?

**DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB):** Para encaminhar, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Pois não, Deputada Mabel.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Para encaminhar o requerimento também, Sr. Presidente.

**DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB):** Presidente, estamos protocolando este requerimento pedindo o adiamento desta votação justamente porque é um Projeto muito importante e que precisa ser mais bem discutido, que está nesta Casa por regime de urgência. Não podemos vender a Copel em três dias aqui dentro desta Casa! (Manifestações nas galerias.) Além disso, precisamos ter tempo para discutir com a sociedade civil organizada. Falei isso esta semana, fizemos audiências públicas do pedágio para discutir com a população e quanto isso foi importante. Temos que seguir o mesmo rito em relação à Copel. Era isso, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Para encaminhar, Deputado Homero. Registro a presença na Casa do sempre Deputado Estadual e Federal Dr. Rosinha. Seja bem-vindo, Dr. Rosinha. (Manifestações nas galerias.)

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados e população que nos assiste, boa tarde. É preciso esclarecer algumas coisas para a população, este é um dos Projetos que chegou segunda-feira nesta Casa em regime de urgência. E quando um Projeto chega em regime de urgência nesta Casa, não conseguimos retirar o regime de urgência, infelizmente. Foi um pedido do Governador, foi um pedido do Governador e aí temos como opção ou adiar o Projeto por um dia, que é o que prevê o Regimento, ou votar contra o Projeto ou votar a favor do Projeto. Desde segunda-feira temos aqui, nós Deputados, acredito que buscado informações sobre esta intenção, tentei fazer a minha parte, estudei especialmente a desestatização da Eletrobras, conversei com pessoas a favor e contra a desestatização da Copel, falei hoje com um Diretor da Copel, falei com funcionários da Copel e temos algumas opções. (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vamos ouvir o Deputado, por favor. Deputado Homero. Peço a compreensão para ouvi-lo.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Há argumentos contra a venda da Copel, há argumentos que indicam que a empresa é sólida, que a empresa dá lucro, dá dividendos polpidos, e isso é bom para o Estado do Paraná, há

argumentos que dizem que a empresa é do povo paranaense, é estratégica, poderia levar investimentos para áreas em que o investimento não seria pago, outras empresas talvez não fariam isso porque visariam o lucro mais a curto prazo e não o desenvolvimento do Estado, esses basicamente os argumentos de quem é contra a privatização da Copel. Há quem seja a favor da privatização, Deputado Tadeu Veneri. Há quem entenda, por exemplo, a Copel hoje estava avaliada em cerca de R\$ 22 bilhões, se não me engano valor nominal. O Estado do Paraná mantém o controle acionário dessa companhia e poderia colocar no seu caixa, não os R\$ 22 bilhões, mas uma estimativa de que se vendesse totalmente a empresa, poderia colocar cerca de 7 bilhões no caixa. (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** As galerias, por favor. Olhem, aqui! Vocês ainda não sabem se o Deputado vai encaminhar a favor ou contra. Portanto, vamos ouvi-lo.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Em compensação, o Estado deixaria de ganhar dividendos anuais, na ordem de quase 2 bilhões por ano. Tem muita gente que está dizendo que está vendendo a empresa por um preço, que em dois anos, talvez, conseguiria recuperar. A empresa deixaria de ser estratégica, digamos assim, os administradores tocariam a empresa a partir de então, visariam os investimentos fossem mais rentáveis. Há quem dentro da venda ainda tem uma subopção, que é essa que foi apresentada, que é uma opção em que não há a venda total do controle acionário da empresa. Há uma venda a ponto em que o controle fica difuso. O Estado parece que tem intenção, embora isso não esteja no Projeto de Lei, mas de manter 15% do controle acionário. (Manifestações nas galerias.) Diz que com isso, Sr. Presidente, poderia colocar um dinheiro no caixa para fazer investimento, está sendo estimado em R\$ 3 bilhões e ainda teria direito aos dividendos anuais. Eventualmente, no futuro, caso a empresa em outro momento valesse mais e o próprio fato de vender parte dela para algumas pessoas significaria que ela valeria mais no futuro, poderia aí, sim, no futuro fazer a desestatização completa. Há quem diga que essa tese é muito imediatista também, porque o Estado buscara simplesmente colocar dinheiro no caixa e fazer

as obras que não conseguiu. Infelizmente, o Governo anunciou que seria o *ruby* logístico da América Latina e, até agora, por exemplo, não duplicou um quilômetro de rodovia em quatro anos. Isso é algo que pressiona a administração, é algo que a faz buscar caixa e é um indicativo de que algo não foi bem. Os favoráveis dessa tese dizem também que a Copel não é nossa, do povo do Paraná, mas é dos sindicalistas que recebem 22 salários por ano, recebem abono anual. Portanto, privatizar a Copel, privatizar a Copel... (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Por favor, galerias, vamos respeitar o Deputado. Por favor, gente. Por favor, vamos respeitar o Deputado. Ele não concluiu a sua fala ainda e não declarou qual a sua posição, se é contra ou a favor.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Portanto, para essas pessoas seria vantajoso vender a Copel. Estamos votando agora o requerimento de adiamento. Podemos fazer isso em regime de urgência por apenas uma Sessão. Peço aos senhores pelo menos uma Sessão, para que possamos ter mais informação e votarmos um pouco mais informados nesse Projeto. Vamos votar “sim” ao adiamento. Muito obrigado. (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Goura, por favor.

**DEPUTADO GOURA (PDT):** Senhor Presidente, gostaria *pela ordem*.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Peço a atenção, o Deputado Goura está pedindo *pela ordem*, por favor.

**DEPUTADO GOURA (PDT):** Senhor Presidente, *pela ordem*. Acabamos de receber aqui um documento assinado pela Doutora Margarete Matos de Carvalho, Procuradora Regional do Trabalho, Procuradora-Chefe do PRT. Deputado Marcel Micheletto, o Ministério Público do Trabalho requer a realização de uma audiência pública prévia como condição para tramitação da proposta legislativa.

(Manifestações nas galerias.) Devemos ser ouvidos, todos os sindicatos, trabalhadores e trabalhadoras da Copel. O presente documento, Sr. Presidente, foi encaminhado a todos os Parlamentares da Assembleia, ao Governo do Estado, à Copel e faço aqui um registro público, o MPT requer, não é solicita, o verbo é requer a realização de uma audiência pública para o debate desse importante Projeto, Sr. Presidente. (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Goura, Deputado Goura, atenção, por favor. Deputado Goura, por mais que o TRT queira fazer intervenção, o Poder Legislativo tem soberania para tomar as decisões. Não procede a solicitação. Deputado Tadeu Veneri. (Manifestações nas galerias.) O Deputado Tadeu desiste de encaminhar. Vamos à votação, Sr.<sup>s</sup> Deputados. Votando o requerimento.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Tem que encaminhar, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** O Deputado Tadeu havia dito que encerrou. Se Vossa Excelência quer, eu permito.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede para votar “não”, rejeitar a retirada por uma Sessão. Peço o voto “não”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ainda pendentes os votos dos Deputados Bazana, Delegado Jacovós, Goura, Marcio Pacheco, Natan Sperafico e Tercílio Turini. Votação encerrada, Sr.<sup>s</sup> Deputados: **[Votaram Sim:** Arilson Chiorato, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (12 Deputados); **Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch,

*Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (36 Deputados);* **Não Votaram:** Ademar Traiano, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Pacheco, Nereu Moura e Tercílio Turini (6 Deputados).] Com 12 votos favoráveis e 36 votos contrários, **está rejeitado o Requerimento.**

**ITEM 4** – 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 493/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.<sup>º</sup> 103/2022, que autoriza a transformação da Companhia Paranaense de Energia – Copel em corporação através da alienação parcial das ações e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Emenda da CCJ. O Projeto está em regime de urgência. Em discussão.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Para encaminhar, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Para encaminhar, Deputado Arilson. Estão inscritos para encaminhar os Deputados Tadeu, Professor Lemos, Requião, Arilson Chiorato e Luciana. Sempre informando que a discussão é pela constitucionalidade no primeiro momento, não é o mérito.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, quando esse Projeto veio à CCJ, o Deputado Homero e eu, que temos posições bastante distintas, fizemos uma ponderação contrária à constitucionalidade. Porque contrária à constitucionalidade, Sr. Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas? Por isso mesmo, entendemos que temos que votar “não”. O Projeto, para que seja constitucional, tem que cumprir obrigatoriamente alguns preceitos. Entre eles, isso obviamente todos aqui conhecem, além da legalidade, da moralidade, além de tudo isso, está o processo de publicidade. Está na nossa Constituição para contratação do servidor público, mas é a base do serviço público. A Copel como companhia de economia mista e o Governo do

Estado do Paraná, por ser acionista majoritário, obviamente tem que cumprir. Aí me pergunto: onde há publicidade no ato que o Governo do Estado do Paraná está fazendo hoje? Onde há publicidade para que saibamos os estudos feitos pelo Banco Itaú e que só tem conhecimento o próprio Banco Itaú, talvez alguns privilegiados dentro do mercado, que, aliás, compraram ações em um movimento atípico na sexta-feira, e o Governador Ratinho. Quem mais conhece as razões, Deputado Romanelli, para que a Copel possa ser vendida? Quem mais conhece os argumentos além daquelas quatro ou cinco linhas que estão no Projeto? Não vou entrar no mérito aqui porque não é o caso, mas há uma série de afirmações que foram feitas nesse processo todo, nesses últimos dias, que não são verdadeiras. A verdade é que não temos constitucionalidade suficiente para votar esse Projeto por não termos minimamente a publicidade. Não há Audiência Pública, o Tribunal de Contas não se manifestou, vai fazê-lo talvez posteriormente, nós, ou poucos, talvez aqui os Deputados nem saibam, talvez nem saibam que para que isso aconteça, a venda da Copel, o BNDESPAR tem que se desfazer 2,5%, e vai recorrer certamente contra isso, 2.5% das suas ações, porque é um patrimônio que ele tem. Então, pergunto-me: há constitucionalidade em um Projeto onde poucos conhecem e tão poucos, tão poucos, Deputada Cristina, que sequer na CCJ conseguimos fazer esse debate.

**Deputado Homero Marchese (REP):** Um aparte, Deputado Tadeu.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Então, fico me perguntando se... Não cabe aparte, desculpe-me Deputado Homero, porque estou encaminhando. Fico me perguntando se a pressa do Governador em fazer com que o processo, sabidamente inconstitucional pelas suas negações, venha a ser votado, em um período em que amanhã, hoje tem jogo, amanhã tem jogo, depois de amanhã tem jogo, a copa do mundo absorve uma parte das nossas atenções, outra é pela tragédia que está acontecendo no Brasil com relação a tudo o que estamos acompanhando, e neste momento o Governador resolve colocar este e outros Projetos. E aí a pergunta é: A quem interessa? Por isso, Sr. Presidente, entendemos que não há constitucionalidade possível nesse Projeto, e é

justamente por isso que vamos votar contra. E, além de votar contra, como já disse aqui o Líder da Oposição, vamos buscar de todas as formas possíveis, caso ele venha a ser aprovado e sancionado pelo Governador, de todas as formas possíveis, legais, legais, fazer com que ele não possa fazer isso, que no nosso entendimento é um crime contra a população paranaense. Votaremos contra por entendermos que há inconstitucionalidade. Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Com a palavra, Deputado Professor Lemos.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** *Pela ordem*, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Deputado Homero, *pela ordem*.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Acompanhei, o Deputado Tadeu disse que acompanhei o voto dele na CCJ; de fato o fiz, mas em relação à parte que pedia maiores diligências, O estudo pelo Estado sobre a venda da Copel, não na parte da inconstitucionalidade.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Com a palavra, Deputado Professor Lemos.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Senhor Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Deputados, população que acompanha a Sessão, os copelianos e as copelianas, que ao lado de vários paranaenses acompanham a Sessão vindo aqui até a Assembleia, também uma multidão lá fora querendo participar. Quero cumprimentar todos e todas mais uma vez, dizer que vender a Copel com este Projeto, do jeito que ele foi formulado, é inconstitucional. É inconstitucional porque o Governo não apresentou na sua justificativa as razões que precisa então vender a Copel. A Copel não está quebrada, ela é lucrativa, ela contribui com o desenvolvimento do Paraná. Então, atenta contra a constituição do Estado do Paraná, contra a Constituição Federal, esse Projeto, que é um Projeto que ele

reduz a capacidade do Paraná de investimento, de desenvolvimento, desequilibra economicamente o Paraná e vai trazer problemas inclusive para o fechamento das contas. E qual a Audiência Pública que antecedeu a entrega do Projeto aqui na Assembleia? Nenhuma, nem com a sociedade e nem com os funcionários, com os servidores, com os trabalhadores da companhia da Copel. Por isso, o Ministério Público do Trabalho está solicitando, está determinando que se suspenda a tramitação, faça audiências públicas, pelo menos com os trabalhadores da Copel, para depois o Projeto tramitar. Então, ele está evado de ilegalidade, de constitucionalidade, e também fere o interesse público, fere de morte o interesse público e não merece prosperar. Por isso, a Oposição encaminha o voto contrário, votaremos contrário, como sempre fomos contra a venda da Copel, como já fizemos aqui em outros momentos lutas muito grandes, como foi aqui em 2001, especialmente no dia 15 de agosto de 2001, está já fazendo mais de 21 anos quando conseguimos impedir que a Copel fosse entregue para os mercadores. Então, a energia é um bem fundamental, necessário, é um insumo importante, não é mercadoria, não é supérfluo, é uma necessidade básica de toda a nossa população. Por isso, não queremos que logo, logo, a população tenha que pagar um preço muito maior na energia elétrica do Paraná, o que vai trazer problemas para o nosso desenvolvimento. Então, fica aqui mais uma vez registrado que somos contra a venda da Copel e queremos pedir aqui o voto de todos os Deputados e Deputadas que votem contra, votem contra a venda da Copel, votem a favor do Paraná.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):** Com a palavra, Deputado Requião Filho.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT):** Presidente Tercílio, meu nobre 1º Secretário, antes de tudo me permitam discordar do meu colega Homero. Homero, tem como mexer no regime de urgência, sim, é só você ver que para a Base não ter que votar favorável ao agro, à taxação do agro do Governador, as 48 horas foram vítimas da semântica. Deputado Tercílio, também antes de entrar no tema da constitucionalidade do tema, fico assustado, Deputado Tercílio, que ontem

barramos alunos do Colégio Estadual, hoje barramos, Deputada Mabel, o pessoal que quer defender a Copel. Mas temos aqui na Assembleia, na garagem, nos fundos, na entrada, na praça, centenas de policiais militares, um pelotão inteiro do choque está aqui dentro, e mesmo assim tem gente com medo. O medo do povo deve ser aterrorizante. Queria eu, queria eu, Caputo, que o Coronel Hudson tivesse esse efetivo policial para tirar os malucos dos bloqueios da rodovia. Vamos à constitucionalidade desse assunto, legalidade. Não há sequer uma justificativa jurídica no Projeto que traga à baila a necessidade real da venda da companhia, fora a vontade do Governador de deixar os seus amigos ricos. Não há fato relevante que tenha mudado a estrutura da companhia ou a sua situação econômica para justificar a diluição do controle acionário, não há legalidade. Não há impessoalidade, Presidente Tercílio, porque tudo indica que é um negócio para os amigos do rei, Banco Itaú, BTG, pessoas que vêm comprando ao longo dos últimos quatro meses as ações da Copel, e tenho certeza de que a CVM vai levantar isso. Não há moralidade nesse Projeto. Até porque, se houvesse moralidade, não tinha ontem à noite, no calar da noite, reunião com promessas a quem apoiasse esse maldito Projeto. Não há publicidade, pois não foram feitas as audiências públicas com a discussão. O mercado foi informado em um dia e o Projeto chegou, praticamente, no outro aqui na Assembleia. Não há publicidade porque tudo aquilo que este Governo faz é às sombras. Ele tem medo da luz do sol. Não há eficiência. Porque esse Projeto vai contra a lei de criação da Copel, que tem na lei de sua criação explícito finalidade social. Garantir lucro para acionista é o *escambau*. A Copel é para o povo do Paraná. E novamente na moralidade. Fico chocado que o Governo conte com o desespero de quase 19 Deputados não eleitos ameaçando eles com promessas de DAS e colocações em secretarias ou votem a entrega do patrimônio paranaense, a dilapidação da nossa empresa ou ficarão *sem uma teta para mamar* nos próximos quatro anos. Não tem moralidade.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próximo orador, Deputado Arilson. (Manifestações nas galerias.)

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Um processo eivado de falhas. Um processo eivado de erros. Um processo, além de constitucional, imoral. O que temos aqui está longe à luz do direito. A lei de criação da Copel obriga em investimento de interesse social. Ao aprovar esse Projeto que está aqui hoje, o interesse social será disperso. Ficará o direito mercantil à decisão do grande capital, do capital especulativo. A tarifa noturna de luz pode deixar de existir. A tarifa de baixa renda pode deixar de existir. Isso é um modelo constitucional também. Há aqui ofensa direta à livre iniciativa. Porque a restrição conta com posição de grupo e blocos acionistas. Aliás, é um dos motivos que vamos entrar com uma ação junto à Comissão de Valores Mobiliários da Bolsa. Há limitação clara ao BNDESPAR, que é uma empresa constituída pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social, que detém 12,4% das ações ordinárias, com direito a voto da Copel e que a lei aprovada reduz a participação do Governo Federal a 10% na decisão. Há aqui ausência de transparência, requisito constitucional. Não houve audiência pública. Não houve comunicado público, a não ser a informação de relevância segunda-feira colocada no mercado, mas que essa informação foi vazada, porque na sexta-feira aumentaram as transações que envolviam a compra de ações da Copel. Na segunda de manhã, a ofensa ao princípio de moralidade foi rompida, porque as ações passaram a valer 22% a mais, sem estar comunicado publicamente o fato relevante. O documento produzido pela Copel há 20 dias que anuncia um estudo sobre o aumento de ações para o setor privado na Bolsa de Valores, com o intuito mentiroso de promover investimentos, até hoje não chegou às mãos da população, requisito necessário. Aliás, não tem validade a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, não tem validade a Comissão de Finanças, porque o estudo sequer estava disponível para servir de subsídio para cada Deputado e Deputada tomar a decisão correta, seja ela que fosse para vender ou não vender. O estudo é matéria necessária e não esteve no Projeto. Não há um relatório de impacto orçamentário financeiro que condiz com a realidade sobre a Copel. Não há sequer uma ilustração entre as ações que tem hoje, detém o Estado, e que se elas forem postas à venda possam gerar tanto de lucro, ou sequer uma estimativa do prejuízo que está dando todo esse desconforto jurídico,

se pode ou não vender a Copel no formato de aumento de ações para o setor privado. É um processo diferente, é um processo capcioso, um processo que precisamos entender que à luz do Direito terá muita dificuldade de avançar. Quem comprar a Copel hoje vai comprar terreno na lua, porque o Governo Federal vai se posicionar na equipe de transição contra a venda de empresa estatal no momento de transição. Quem comprar a Copel hoje ainda vai se surpreender com esse fato que ocorre esse processo de agravo que está no STF, que envolve o Itaú pelo jeito, em ações que podem ter reflexo na venda da Copel. Quem adquirir a Copel hoje terá que responder à Comissão de Valores Mobiliários da Bolsa sobre as regras não cumpridas. Quem comprar a Copel hoje vai responder ao Ministério Público Federal pelos vícios contidos e a falta de oportunidade de o Ministério Público promover a fiscalização. Quem comprar a Copel hoje vai responder ao Tribunal de Contas do Estado, que não tinha nem sido informado desse ato, não pôde participar e instruir esse processo, aliás, uma das funções que tem o Tribunal de Contas do Estado. Quem comprar a Copel hoje estará no polo passivo da ação popular montada para defesa do patrimônio, do serviço e do servidor público. Quem comprar a Copel hoje vai responder o efeito do mandado de segurança de suspensão pelos vícios de iniciativa jurídica e pela falta de documentação contida aqui. Na verdade vai comprar e não vai levar, é isso que está prestes a acontecer. E nós, Presidente, além desses apontamentos das questões constitucionais que deviam servir de regra e impedir a tramitação, também entendemos que, aqui dentro, o regime de urgência impetrado pelo Governo do Estado inibe a participação popular, inibe a transparência, mas, mais do que isso, esconde os fatos mais relevantes, que é a análise técnico-científica, matemática, financeira, orçamentária de como está a saúde da Copel e se ela é passível de ser internada na Bolsa de Valores, que não é o caso da nossa Copel. Por isso, inconstitucional, imoral, ilegal, e mais do que isso, irresponsabilidade do Governo Estadual.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

**DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, povo que acompanha esta Sessão. Quero aqui, Sr. Presidente, ao encaminhar esse Projeto, primeiro deixar claro aqui o que os demais colegas Deputados já se manifestaram. É um Projeto inconstitucional, é um Projeto imoral, é um Projeto irresponsável, que manda para esta Casa então o Governador Ratinho Junior. Nunca imaginei que nesta semana ou que em três dias, apenas, estariámos votando um Projeto de uma das maiores empresas do Brasil e uma empresa que, com certeza, é o maior patrimônio do Estado do Paraná e uma empresa rentável. E o Governo manda esse Projeto e em três dias temos que votar. O Governo manda esse Projeto sem estudos que nos convençam, aliás, estudo nenhum, mas que nos convençam da necessidade da venda da Copel. O tempo todo o Governador fala que a Copel é rentável, que a Copel dá lucro e os dados estão aí: a Copel é rentável, a Copel dá lucro. Então, por que vender a Copel? Senhores Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, estamos votando um dos Projetos mais importantes nesta Casa. Estamos privatizando a nossa maior estatal. A responsabilidade nossa é muito grande. Não podemos fazer isso. Não podemos de forma alguma, Sr.<sup>s</sup> Deputados. É importante analisar não simplesmente um Projeto que o Governador Ratinho Junior manda para esta Casa e pede o voto favorável dos nobres Deputados. Precisamos olhar a história da Copel, precisamos olhar o que a Copel representa para o nosso Estado, o que representa para o povo do Paraná. A Copel tem 68 anos e nesses 68 anos, claro que além de ser uma empresa rentável, ela também cumpriu e cumpre com o desenvolvimento social. Com o programa social como foi feito aqui, Requião Filho, inclusive pelo seu pai, a *Luz Rural Noturna*, com 60% de desconto para os agricultores; aqui a tarifa da *Energia Solidária*, da *Luz Fraterna*, que leva a energia praticamente de graça para todas as famílias de baixa renda do nosso Estado do Paraná e que com certeza vão parar e vão ter que ter mais esse custo, que hoje já pela economia, pela dificuldade econômica que vêm passando essas famílias, elas ainda contam, pelo menos, com a questão da *Luz Fraterna*; elas contam pelo menos com a tarifa da *Energia Solidária*. Mas, a partir do momento em que for privatizado, essas famílias não vão mais contar com essa tarifa da *Energia*

*Fraterna.* Então, Sr.<sup>s</sup> Deputados, nesta hora, é importante avaliarmos bem, avaliar muito bem o nosso voto. Lembrava aqui, olhando a população que aqui participa, olhando todos os copelianos, toda a população paranaense que aqui está e lembrava aqui de 2001. Estava aqui em 2001 quando o Ex-Governador Jaime Lerner também encaminhou para esta Casa esse Projeto. Tivemos aqui uma Sessão histórica que passou a noite e foi até ao meio dia do dia seguinte e onde o povo do Paraná se manifestava que não queria a venda da Copel. Como está hoje aqui se manifestando e como boa parte da população não pôde entrar, nesta Casa, para poder manifestar a sua posição contrária à venda dessa estatal, à venda da Copel. Naquele ano foi muito importante e de certa forma foi um processo mais democrático do que agora: porque lá o povo pôde entrar, pôde acompanhar, pôde se manifestar, porque naquela época foi feito o Projeto de Iniciativa Popular, manifestando o interesse do povo paranaense, que foram mais de 138 mil assinaturas no Projeto de Iniciativa Popular, Deputado Michele Caputo. Um Projeto que foi dado entrada, nesta Casa, e era e é de interesse do povo paranaense: a não privatização da nossa estatal, a não privatização da Copel. E naquela época passou, por um voto, mas depois não foi vendida a nossa Copel. E agora, Sr.<sup>s</sup> Deputados, o Projeto entra na segunda-feira, com um pacote de maldades, com mais um monte de Projetos que trazem um impacto negativo diretamente à vida do nosso povo paranaense, como é também o da nossa Biblioteca Pública do Paraná que o Governo não está olhando também a História, que o Governo está desrespeitando também toda a História que tem a Biblioteca do nosso Estado do Paraná. O Governo surpreende, surpreende porque mal passou a eleição, e olha que ele foi votado e aprovado pelo povo paranaense, e, logo após a isso ele encaminha esse pacote de maldades para esta Casa, encaminha esse pacote de projetos que têm um impacto negativo diretamente, mas diretamente na vida do nosso povo de uma forma ou de outra. Mas principalmente neste momento que estamos debatendo aqui esse Projeto que privatiza nossa Copel, é importante dizer, Sr. Presidente, precisamos ter consciência de votar esse Projeto. Precisamos, Deputada Cristina, precisamos saber que estamos dando de graça, de graça, porque em dois anos o Governo

terá esse dinheiro, mantendo a Copel em dois anos o Governo tem esse recurso no qual ele está vendendo a Copel hoje. Então, não justifica a venda da Copel, não justifica, até porque ele teve aqui por muitos e muitos Projetos, dando várias isenções, inclusive de ICMS de 17 milhões. Sabemos que não é essa a necessidade do Governo do Paraná. Gostaria de entender de entender melhor qual é o sentido? Por que o Governador tem esse interesse e nos priva de fazer o debate com o povo paranaense? Impede-nos de fazer uma Audiência Pública para ouvir o povo paranaense. Ele não quer ouvir o povo paranaense, ele não quer ouvir porque ele já sabe, ele já sabe que, como foi em 2001, ele já sabe que o povo paranaense não quer a venda da Copel. Mas é importante e é um direito desta Casa, de podermos ouvir o que o povo pensa. É um direito que temos de poder entender mais sobre toda a questão financeira da Copel. E vamos fazer o possível e o impossível, Deputado Goura, para que a Copel não seja vendida. A Copel é nossa. Muito obrigada! (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Senhores Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, vamos submeter ao voto o item 4. Em discussão o Item 4. Em votação o Item 4. Votando.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Encaminhamento, Presidente, para encaminhar o voto. A Oposição, com orgulho e respeito ao povo do Paraná, vota “não”!

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Presidente, a Liderança do Governo, com toda responsabilidade necessária que o Governador Ratinho Junior está tendo, pedimos o voto “sim” aos Deputados da Base. Voto “sim”!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Votando. Ainda pendente os votos dos Deputados Bazana, Galo e Mauro Moraes.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Peço o voto “sim” aos Deputados da Base. (Manifestações nas galerias.)

**DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO):** Meu voto é “sim”, Presidente!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Pois não. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (38 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (14 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano e Nereu Moura (2 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e 14 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 493/2022.**

**ITEM 1 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 446/2022,** de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 77/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 20.743, de 5 de outubro de 2021, que institui o Programa de Recuperação dos Ativos e Créditos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, resultantes da liquidação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná, e da Lei n.º 17.732, de 28 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Recuperação dos ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Substitutivo geral de Plenário com parecer favorável da CCJ. Há um requerimento sobre a mesa solicitando a retirada do Projeto por uma Sessão.

**Requerimento n.º 3549/2022,** do Deputado Homero Marchese, solicitando a retirada do Projeto de Lei n.º 446/2022 pelo prazo de 1 (uma) Sessão.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Para encaminhar, Sr. Presidente.  
(Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Atenção, atenção, por favor, galerias! (Manifestações nas galerias.) Deputado Homero, V.Ex.<sup>a</sup> pretende encaminhar o requerimento? (Manifestações nas galerias.) Peço, por favor, às galerias. Olha, vocês puderam se manifestar, gostaria que vocês pudessesem permitir que o Deputado Homero falasse. (Manifestações nas galerias.) Deputado Homero, solicito que V.Ex.<sup>a</sup> encaminhe, por favor. (Manifestações nas galerias.) Deputado Homero, por favor, Deputado Homero. Olha, por favor... (Manifestações nas galerias.) Se as galerias não se comportarem, vou transferir a Sessão para o Plenário e vamos seguir a Sessão. (Manifestações nas galerias.) Deputado Homero, por favor, encaminhe o requerimento, senão vou submeter ao voto. Deputado Homero, não há como, tem que encaminhar. Não posso... (Manifestações nas galerias.)

**DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL):** Presidente, *pela ordem.*

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Pois não, *pela ordem.*

**DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL):** Tem um Deputado eleito aqui na tribuna, o Renato Freitas, chamando Deputado de bandido. Bandido é a turma do PT e o Lula! Não vou aceitar...

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Presidente, Presidente, aí não... Não vem xingar o PT, não! Vem xingar o PT, não! Não venha tumultuar o processo, não!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado, por favor.  
(Manifestações nas galerias.)

**DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL):** Perdeu, *mané!*

**DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD):** Senhor Presidente, Sr. Presidente, questão de ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado... (Manifestações nas galerias.) Deputado, por favor... Aumenta o som para mim aqui. Por favor, peço. Por favor, silêncio. Solicito... (Manifestações nas galerias.) Vou suspender a Sessão por alguns minutos. Vou conversar com o Líder da Oposição. **Está suspensa a Sessão por cinco minutos.**

**(SESSÃO SUSPENSA.)**

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Está reaberta a Sessão. Consulto o Deputado Homero se encaminha ou não, senão vou prosseguir a Sessão. Ok. Vamos à votação. Deputado Homero, não tenho como ficar aguardando. Preciso que V.Ex.<sup>a</sup> encaminhe. Não tenho como ficar aguardando. Senhores Deputados, o Deputado Homero fez um requerimento solicitando por uma Sessão a retirada do Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 446. Se o Deputado não encaminhar, vou submeter à votação o requerimento.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD):** Senhor Presidente...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Homero, não tenho como aguardar. (Manifestações nas galerias.)

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD):** Senhor Presidente, como o Deputado Homero não quer encaminhar, quero encaminhar contrário à aprovação do requerimento feito pelo Deputado Homero. É um tema que tem que ser tratado, resolvido, está na pauta do dia de hoje. O Projeto já passou pelas Comissões e está pronto para ser votado em Plenário. No meu encaminhamento, peço às Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Parlamentares que votem “não” ao Requerimento de retirada por uma Sessão apresentada pelo Deputado Homero Marchese, que é um tema que trata do interesse público e de solução de um tema importante para o Estado do

Paraná. Então, nesse sentido, pedimos o voto “não” ao requerimento do Deputado Homero.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Homero, para encaminhar, por favor. (Manifestações nas galerias.)

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Senhor Presidente, este é um Projeto entre o Governo do Paraná e a Fomento Paraná. Esse Projeto tinha a intenção de fazer pequenas correções. Presidente, peço que o senhor me garanta o direito de falar e ser ouvido. Enquanto isso, vou parar de falar, mas não abro mão do direito de falar. (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Esta Presidência também não pode ficar aguardando, Deputado Homero.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Suspenda a Sessão.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** As galerias não...

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Suspenda a Sessão pelo tempo que for necessário, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vossa Excelência tem nove minutos.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Não abro mão. Quero falar. Não abro mão. (Manifestações nas galerias.)

**DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD):** Senhor Presidente, o Presidente tem que garantir a fala do Deputado. Se não há condições no Plenário, temos que aguardar ou o Presidente tem que determinar que a condição seja garantida. O Parlamentar, regimentalmente, tem que ter garantida a sua fala.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Todos os Parlamentares tiveram o direito de falar.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD):** Vamos votar, Presidente. Vamos votar! (Manifestações nas galerias.)

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Suspenda a Sessão, Sr. Presidente. (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Quero... (Manifestações nas galerias.) Por favor, galerias, podem me ouvir um pouco? As galerias podem me ouvir um pouco? (Manifestações nas galerias.)

**DEPUTADO ALEXANDRE CURI (PSD):** Vamos pôr em votação, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** As galerias podem me ouvir um pouco?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Vamos votar, Presidente. Põe em votação.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Senhores Deputados, infelizmente o Deputado não consegue encaminhar e há um pleito de todos os Deputados, vamos submeter ao voto. Votando o Requerimento.

**DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD):** Presidente, quero encaminhar. Quero encaminhar.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Infelizmente não dá, Deputado!

**DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD):** Mas tem que me garantir a condição.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Não tem condições! (Manifestações nas galerias.)

**DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD):** Está me ouvindo? Está escutando o que estou falando?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Estou lhe ouvindo.

**DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD):** O que estou falando?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Mas então encaminhe.

**DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD):** O que estou falando? Estou falando do Projeto.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Pode encaminhar. Vossa Excelência está...

**DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD):** Estou falando agora. Está ouvindo o que estou falando? (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Pode encaminhar.

**DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD):** O Projeto fala do artigo tal, do §2º. Você está entendendo o que estou falando neste momento?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Estou entendendo. Estou ouvindo. (Manifestações nas galerias.)

**DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD):** O que estou falando? Vossa Excelência não me ouve.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Artagão, ouço-lhe muito bem. As galerias podem não ouvi-lo, mas eu o ouço bem. Senhores Deputados, votando. Votando o requerimento.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** *Pela ordem, Sr. Presidente.*

**DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD):** Está em encaminhamento. Vossa Excelência não pode cortar. Preciso encaminhar, Presidente. Preciso encaminhar, Presidente. Questão de ordem. Quero encaminhar. Vou subir à tribuna e vou encaminhar, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Se Vossa Excelência subir à tribuna agora e encaminhar, vou ouvi-lo.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD):** O voto é “não”. Voto “não”.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Peço aos Deputados da Base para votarem “não” ao requerimento do Homero.

**DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD):** Senhor Presidente e Sr.<sup>s</sup> Deputados, é muito importante que a galeria escute também algo delicado neste Projeto. Neste Projeto também. Temos um Projeto que, em um primeiro momento, não trazia tantas preocupações, porque é um Projeto que traz regramentos nas posturas, procedimentos e ações da Agência de Fomento, mas, a partir de uma primeira emenda que foi colocada neste Projeto, que fez com que o Projeto voltasse à CCJ, lá naquela Comissão, lá naquela Comissão foi apresentada uma subemenda à emenda apresentada neste Plenário. Em outros momentos, muitas vezes não percebemos este tipo de artimanha, este tipo de iniciativa, este tipo de atitude, mas uma subemenda que tenta trazer um reflexo de outra lei, em outra lei em um Projeto diferente daquele que está tramitando. Temos um Projeto aqui hoje, o Projeto n.<sup>º</sup> 446, prestem atenção, um Projeto que merece discussão, que merece debate, que merece a conversa, mas a subemenda, a subemenda tenta eliminar a cobrança de juros e de multa de um empréstimo feito no passado. Essa emenda que temos que derrubar, é sobre isso que temos falar, é sobre um *jabuti* que se pretende apresentar aqui. Em um Projeto que discute um tema, inclui-se uma subemenda tratando de outra lei, de outro tema, de outra discussão que não tem nada a ver. Em resumo, em resumo, estamos tratando aqui do financiamento da construção do estádio Joaquim Américo, cujo empréstimo girou em torno de R\$ 138 milhões, cuja conta hoje, Deputado Goura, está na casa dos R\$ 400 milhões

e, se esta subemenda for aprovada, os juros e as multas serão perdoados, não serão cobrados e aquele que não pagou, e o povo mais uma vez será penalizado. É disso que estamos falando, é sobre isso que temos que discutir e é para isso que apresentamos este requerimento, para adiar em pelo menos um dia esta discussão, para que possamos entender, para que possamos tentar entender onde querem chegar com esta proposta. O fato é que um Projeto, o Projeto n.<sup>º</sup> 446 fala de um tema e a subemenda proposta na CCJ fala de outra lei totalmente distinta, uma lei que não tem nada a ver com aquela que está sendo discutida neste momento. É sobre isso que falamos e é isso que queremos evitar, com o apoio ou não do Romanelli, mas com a consciência tranquila de que não podemos, não devemos deixar de entender, pelo menos entender, pelo discutir o que se trata, para que se pretende, o que se está levando com uma subemenda como esta. (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Olha, já estamos com 42 Parlamentares que votaram. Ainda consulto se o Deputado Homero quer encaminhar.

**DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP):** Só quero pedir o voto “sim” ao requerimento.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Pois não. Então, vamos encerrar a votação. Votando.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD):** Voto “não”. Pedimos o voto “não” às Sr.<sup>as</sup> e aos Sr.<sup>s</sup> Parlamentares.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo também pede o voto “não”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Bazana, ainda pendente o voto, Deputado Artagão, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Evandro Araújo e Michele Caputo. Votação encerrada: [Votaram Sim: Anibelli Neto, Arilson

*Chiorato, Artagão Junior, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (17 Deputados); Votaram Não: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacobós, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (34 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cristina Silvestri e Nereu Moura (3 Deputados).] Com 17 votos favoráveis e 34 votos contrários, está rejeitado o Requerimento.*

Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto, o substitutivo geral na forma da subemenda.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Para encaminhar, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Para encaminhar, Deputado Tadeu.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Vamos encaminhar contrário, Sr. Presidente, contrário ao Projeto porque quando fizemos a primeira discussão na CCJ, o Projeto era um. O Deputado que me antecedeu agora acabou de fazer uma colocação extremamente grave, que há uma subemenda que foi colocada, tanto é que este Projeto veio à pauta e saiu de pauta, e que essa subemenda inclui algo que não tem absolutamente nada com o Projeto original, que é este que estamos discutindo. E nesta segunda discussão em que está este Projeto, não foi apresentada emenda, então não tem mais o que fazer se ele for aprovado. Se se confirmar – aí pergunto à Mesa se de fato é isso o que diz a subemenda – que há uma anistia por parte do Governo ao Clube Athletico Paranaense e à dívida contraída junto ao Estado, é extremamente grave, Sr. Presidente, porque a lei tem

um objetivo claro, ela fala sobre um único assunto, ela não pode falar sobre assuntos diferentes daqueles que originariamente a trouxeram até aqui. E pergunto à Mesa se de fato há. Não vi! Votamos na CCJ inclusive na boa-fé, porque o Líder do Governo orientou o voto favorável e, Deputado Marcel, quando o senhor colocou para que aprovássemos, o senhor não falou que havia uma subemenda colocando uma anistia. Porque acho que se isso fosse feito, ninguém votaria. Então, faço aqui uma questão de ordem à Mesa, obviamente, para que não votemos algo depois e também não cometamos nenhuma injustiça nem com o Clube Athletico, nem com o Deputado Marcel, nem com o Governo do Estado. Mas é preciso que saibamos o que estamos votando, a anistia, os juros e as multas, a dívida contraída pelo Athletico, Deputado Marcel, se for assim é um escândalo, porque isso não tem nada a ver com a ideia original. Então, fico esperando para que possamos ser esclarecidos, para podermos votar, porque chega de termos surpresa, aqui dentro, Sr. Presidente.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD):** Para encaminhar, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Para encaminhar, Deputado Romanelli. Na sequência, o senhor responde à questão de ordem.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD):** Se o senhor quiser responder à questão de ordem, pode responder, excelência.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Tadeu, na verdade o processo legislativo é de conhecimento público de todos os Sr.<sup>s</sup> Deputados. Inclusive, está no terminal de votação da Casa. O Projeto e a emenda na forma de subemenda substitutiva geral. A esta Presidência cabe pautar a matéria. Então, já tramitou na CCJ, ao Presidente cabe pautar a matéria. Está respondida a questão de ordem. Deputado Romanelli.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD):** Para encaminhar, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Pois não.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD):** Senhor Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Sr.<sup>s</sup> Deputados, quero pedir o voto “sim” à subemenda da forma como foi apresentada, porque ela é fruto de um amplo processo de negociação, que se arrasta ao longo dos anos, pois temos que, efetivamente, resolver essa questão que envolve o interesse público. E o interesse público é manifestado para que o Clube Athletico Paranaense tenha as mesmas regras de solução da sua dívida, que foram oferecidas às empresas privadas do Paraná, que são devedoras, especialmente, do Badep e no caso do FDE que é um fundo vinculado ao Badep. Nenhum privilégio está sendo dado ao Clube Athletico Paranaense, há um acordo tripartite. Isso é fruto, inclusive, da construção feita no Tribunal de Contas do Estado, agora e, depois, na Câmara de Conciliação do Tribunal de Justiça. Por isso, quero dizer a Vossas Excelências que essa emenda é legal, moral, necessária, para dar solução para esse tema. Peço a todas e todos os Deputados aqui que votem “sim”, aprovando a subemenda que foi apresentada para solucionar esse tema. Não tem absolutamente nada de irregular nisso. Peço às Sr.<sup>as</sup> e aos Sr.s Parlamentares o voto “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Votando, Sr.<sup>s</sup> Deputados. Vamos votar.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Também faço um apelo em nome do Governo do Estado, tem mais outros assuntos dentro dessa discussão. Peço o voto “sim” aos Deputados da Base. Queremos o voto “sim”, em nome do Governo do Estado, a Liderança faz esse pedido e apelo à Base. Peço o voto “sim” aos Deputados da Base.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputados Soldado Adriano, seu voto, Tião Medeiros, Tercílio Turini, Michele Caputo, Arilson, Bazana, Cristina Silvestri. Todos os Deputados votaram? Senão vou encerrar.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Senhor Presidente, estou tentando votar. Presidente, Arilson, aqui no canto. Estou *logando*, aqui.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Pois não. O seu voto já apareceu, Deputado.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Não. Deu errado, Presidente. Espera aí. Estou falando para o senhor.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ah, vou lhe conceder o direito de corrigir o voto, Deputado. Vossa Excelência pode registrar o seu voto e registro aqui, Deputado.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** O voto é “*não*”, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ok. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (32 Deputados); **Votaram Não:** Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (15 Deputados); **Abstenção:** Cantora Mara Lima, Evandro Araújo e Plauto Miró (3 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Nereu Moura e Tercílio Turini (4 Deputados).] Com 32 votos favoráveis, 15 votos contrários e 3 abstenções, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 446/2022**. Trinta e dois “sim” e 16 “não” com o voto do Deputado Arilson, 3 abstenções. Está aprovada a subemenda substitutiva geral.

**ITEM 2** – 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 483/2022, de autoria da Mesa Executiva, que fixa os subsídios do Governador, do vice-Governador e dos Secretário de Estado. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “não” ao aumento dos salários, Presidente.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Deixar registrado que o salário do Governador está congelado. O Governador não quer subir o seu salário.

**DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD):** Estou com dificuldade de votar aqui. Voto “sim”, Deputado Marcio Nunes, voto “sim”. Deputado Marcio Nunes, voto “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Alguns Deputados não votaram. Deputados Alexandre Curi, Artagão, Bazana, Cristina, Jacovós, Guerra, Marcio Nunes, Nelson Justus, Plauto Miró, Soldado Adriano José. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichenbach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (40 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Coronel Lee, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (9 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes e Nereu Moura (5 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e 9 votos

contrários, **está aprovado** o Projeto de Lei n.º 483/2022. Quarenta e um votos, com o voto do Deputado Marcio Nunes a favor, 9 “não”. Está aprovado o Projeto.

**ITEM 3** – 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 489/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 99/2022, que altera a Lei Complementar n.º 244, de 30 de março de 2022, que altera a Lei Complementar n.º 131, de 29 de setembro de 2010, que dispõe sobre a reestruturação do Agente Fiscal da Coordenação da Receita do Estado, que passa a ser denominado Auditor Fiscal, conforme específica e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Fianças e Tributação. Regime de urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede o voto “sim”, Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Nelson Justus, ainda o seu voto, por favor, Deputado Artagão, Deputada Cristina está votando. Votação encerrada, Sr.<sup>s</sup> Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (52 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano e Nereu Moura

(2 Deputados).] Com 52 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado** o Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 489/2022.

**ITEM 5** – 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 494/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.<sup>º</sup> 104/2022, que altera a Lei n.<sup>º</sup> 11.580, de 14 de novembro de 1996, que trata do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, para introduzir as modificações decorrentes da publicação da Emenda Constitucional n.<sup>º</sup> 123, de 14 de julho de 2022, e dar outras providências. Parecer favorável da CCJ. **Aguardando parecer da Comissão de Finanças e Tributação.** Regime de urgência. **Está retirado de ofício por essa Presidência.**

**ITEM 6** – 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 497/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.<sup>º</sup> 108/2022, que dispõe sobre a organização administrativa básica do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Aguardando pareceres da CCJ e da Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO GOURA (PDT):** Senhor Presidente, desculpa, *pela ordem. Pela ordem,* Sr. Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Presidente, pedi vista. Está na Comissão de Finanças esse Projeto.

**DEPUTADO GOURA (PDT):** Justamente isso, este Projeto foi objeto de vista na Comissão de Finanças.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Pois não. Então, cabe a questão de ordem, Deputado. **Item retirado.**

**ITEM 7** – 1.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 499/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.<sup>º</sup> 110/2022, que altera dispositivos da Lei n.<sup>º</sup> 13.666, de 5 de julho de 2002, que trata das carreiras de apoio, de execução, de aviação,

socioeducativa e profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE, e adota outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “sim”.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo também pede voto “sim”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vamos votar, Sr.<sup>s</sup> Deputados. Ainda há Deputados que não votaram: Alexandre Curi, Doutor Batista, Romanelli, Mauro Moraes, Nelson Justus, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tiago Amaral. Deputado Requião, V.Ex.<sup>a</sup> vota ou não? Não. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (50 Deputados); **Votou Não:** Coronel Lee (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Nereu Moura e Requião Filho (3 Deputados).] Com 50 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 499/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

## **REQUERIMENTOS.**

**Requerimento n.<sup>º</sup> 3546/2022**, do Deputado Galo, solicitando informações e cópia dos documentos ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, referente à licitação do Projeto Cais Leste do Porto de Paranaguá, conhecido como “Moegão”, Edital de Licitação Pública n.<sup>º</sup> 6/2022. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

**Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.**

**Requerimento n.<sup>º</sup> 3545/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o encaminhamento de consulta ao Tribunal de Contas do Paraná sobre regras de transição instituídas pela Emenda Constitucional Estadual 45, de 4 de dezembro de 2019, e Lei Complementar 233, de 10 de março de 2021, bem como as regras do cálculo da proporcionalidade de aposentadoria por idade ou incapacidade dos profissionais do magistério com direito à aposentadoria especial; **Requerimento n.<sup>º</sup> 3547/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de voto de congratulações com menção honrosa, pelas comemorações alusivas aos 40 anos do município de Vera Cruz do Oeste; **Requerimento n.<sup>º</sup> 3550 a 3553/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menções honrosas aos: Vereador André de Paula; Cilene Aparecida Antunes; Denilson Batista das Neves; e aos Profissionais da Frente Condominial; **Requerimentos n.<sup>º</sup>s 3554 e 3556/2022**, da Deputada Cristina Silvestri, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Marco Antônio Dorigon; e José Canestraro; **Requerimento n.<sup>º</sup> 3555/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, solicitando o envio de votos de pesar à toda a comunidade da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Guaíra, em virtude do falecimento de seu Pároco, Padre José Aparecido Bilha; **Requerimento n.<sup>º</sup> 3557/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo a atualização das placas que orientam denúncias ambientais.

**Requerimentos com despacho do Presidente.**

**À Diretoria Legislativa para providências:** Requerimento n.<sup>º</sup> 3560/2022, do Deputado Requião Filho, solicitando, com amparo nos art.<sup>s</sup> 34, 38, 53, 133, § 2.<sup>º</sup> 154, § 7.<sup>º</sup>, 155, § 1.<sup>º</sup>, que a proposição n.<sup>º</sup> 494/2022, de autoria do Poder Executivo, seja enviado para análise e emissão de parecer para a seguinte Comissão Permanente; **Requerimento n.<sup>º</sup> 3561/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o arquivamento da Emenda de Plenário n.<sup>º</sup> 2 ao Projeto de Lei n.<sup>º</sup> 494/2022, da Sessão Ordinária do dia 23 de novembro de 2022.

**Justificativas de ausência.**

**Deferidos conforme o art. 97, § 3.<sup>º</sup>, I do Regimento Interno** (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.<sup>º</sup> 3543/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 7 de novembro de 2022; **Requerimento n.<sup>º</sup> 3544/2022**, do Deputado Nereu Moura, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 23 e 24 de novembro de 2022.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB):** Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra para o dia de amanhã... Senhores Deputados, atenção para entendimento do horário da votação de segunda-feira! Segunda-feira faremos a Sessão Ordinária após o jogo do Brasil, às 15h30. Segunda-feira, dia 28/11, às 15h30, **Sessão Ordinária** com a seguinte **Ordem do Dia**: Redação Final dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 409/2022, 415/2022 e 425/2022; 2.<sup>a</sup> Discussão dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 494/2022 e 497/2022; e 1.<sup>a</sup> Discussão dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 459/2022, 462/2022, 487/2022, 490/2022, 492/2022 e 496/2022. E uma **Sessão Extraordinária** na sequência, com a seguinte **Ordem do Dia**: 3.<sup>a</sup> Discussão dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 494/2022 e 497/2022; 2.<sup>a</sup> Discussão dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 459/2022, 462/2022, 487/2022, 490/2022, 492/2022 e 496/2022.

**“LEVANTA-SE A SESSÃO.”**

(Sessão encerrada às 16h59, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)